

# “É só uma gripezinha...” Mas deixou mais de meio milhão de mortos no Brasil

*“It’s just a little flu...” But it left more than half a million dead in Brazil*

*“Es solo una pequeña gripe...” Pero dejó más de medio millón de muertos en Brasil*

**Razón  
y Palabra**

e-ISSN: 1605-4806

VOL 26 N° 114 mayo - agosto 2022 Monográfico pp. 420 - 433

Recibido 31-01-2022 Aprobado 28-04-2022

**José de Jesús Chávez Martínez**

México

Universidad Autónoma de Occidente Unidad Regional Culiacán

jojchama@gmail.com

## Resumo

A pandemia da Covid-19 assolou fortemente o mundo em 2020 com efeitos nos anos subsequentes. No Brasil, a doença vitimou mais de meio milhão de habitantes, sendo que aproximadamente um terço da população teve acesso à primeira dose da vacina, único imunizante cientificamente comprovado para conter o novo coronavírus. Esse cenário decorre das políticas de enfrentamento escolhidas pelo governo Bolsonaro para gerir a propagação da moléstia em território nacional. Ao relacionar as políticas públicas adotadas em nível federal aos conceitos de biopoder, biopolítica, necropoder, necropolítica, necrobiopoder e necrobiopolítica, associados à aporofobia, valendo-se dos métodos de pesquisa bibliográfica e observação, este trabalho concluiu que o governo federal exerceu o poder sobre a vida e a morte dos brasileiros, em função da Covid-19. O recorte deste estudo abrange o período compreendido entre março de 2020, quando foram decretadas as primeiras quarentenas pelos governadores dos estados, em função dos casos confirmados do coronavírus, e julho de 2021, momento em que o Ministério da Saúde, órgão responsável pela elaboração de políticas públicas de saúde no país, notificava, oficialmente, mais de 500 mil óbitos, sendo que cerca de 35% da população haviam recebido pelo menos a primeira dose da vacina.

**Palavras-chave:** biopoder; Covid-19; necropolítica; pandemia.

## Abstract

The Covid-19 pandemic hit the world heavily in 2020 with effects in subsequent years. In Brazil, the disease killed more than half a million inhabitants, with approximately one third of the population having access to the first dose of the vaccine, the only immunizing agent scientifically proven to contain the new coronavirus. This scenario stems

from the coping policies chosen by the Bolsonaro government to manage the spread of the disease in the national territory. By relating public policies adopted at the federal level to the concepts of biopower, biopolitics, necropower, necropolitics, necrobiopower and necrobiopolitics, associated with aporophobia, using the methods of bibliographic research and observation, this work concluded that the federal government exercised power over the life and death of Brazilians, due to Covid-19. The scope of this study covers the period between March 2020, when the first quarantines were decreed by state governors, due to confirmed cases of the coronavirus, and July 2021, when the Ministry of Health, the body responsible for preparing public health policies in the country, officially reported more than 500,000 deaths, and about 35% of the population had received at least the first dose of the vaccine.

**Keywords:** biopower; Covid-19; necropolitics; pandemic.

### Resumen

La pandemia de Covid-19 golpeó fuertemente al mundo en 2020 con efectos en los años siguientes. En Brasil, la enfermedad mató a más de medio millón de habitantes, con aproximadamente un tercio de la población teniendo acceso a la primera dosis de la vacuna, el único agente inmunizante científicamente probado que contiene el nuevo coronavirus. Este escenario se deriva de las políticas de afrontamiento elegidas por el gobierno de Bolsonaro para gestionar la propagación de la enfermedad en el territorio nacional. Al relacionar las políticas públicas adoptadas a nivel federal con los conceptos de biopoder, biopolítica, necropoder, necropolítica, necrobiopoder y necrobiopolítica, asociados a la aporofobia, utilizando los métodos de investigación y observación bibliográfica, este trabajo concluyó que el gobierno federal ejercía poder sobre la vida y muerte de brasileños, por Covid-19. El alcance de este estudio abarca el período comprendido entre marzo de 2020, cuando se decretaron las primeras cuarentenas por parte de los gobernadores de los estados, por casos confirmados del coronavirus, y julio de 2021, cuando el Ministerio de Salud, organismo encargado de elaborar las políticas públicas de salud en el país, reportó oficialmente más de 500.000 muertes, y cerca del 35% de la población había recibido al menos la primera dosis de la vacuna.

**Palabras clave:** biopoder; COVID-19; necropolítica; pandemia.

## 1 Introdução

2020 chegou acompanhado de um novo coronavírus, detectado na China, identificado como pertencente à mesma família daqueles que haviam causado, anteriormente, os surtos de SARS e MERS. Em março, a Covid-19 já havia se espalhado para vários países, como Itália, Espanha, França, Reino Unido, Irã e Estados Unidos, lotando os hospitais e levando milhares a óbito diariamente. A OMS (Organização Mundial de Saúde), entidade supranacional subordinada à ONU (Organização das Nações Unidas) e especializada em saúde, declarou, oficialmente, a existência de uma pandemia e os países atingidos pela doença determinaram quarentenas e lockdowns. No Brasil, o estado de São Paulo foi o primeiro a decretar uma quarentena, sendo seguido pelos demais, embora o governo federal não tenha decretado nenhuma das medidas, em momento algum, em território nacional. A livre circulação sofreu restrições, fronteiras foram fechadas e aglomerações proibidas, mantendo em funcionamento apenas serviços essenciais, supermercados, panificadoras e farmácias. Para sair às ruas, o uso de

máscaras que oferecem proteção a boca e nariz tornou-se obrigatório como medida sanitária recomendada pela OMS.

A pandemia continuava a avançar em todos os países e, no Brasil, o Ministro da Saúde, Henrique Mandetta, que defendia medidas de isolamento, bem como tratamentos baseados em comprovação médico-científica, foi demitido por discordar do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, que insistia em indicar um tratamento precoce, encabeçado por hidroxicloroquina, sem evidência científica contra a Covid-19. O médico Nelson Teich assumiu o Ministério da Saúde, mas deixou a pasta em menos de um mês por discordar da indicação de cloroquina, como queria impor o presidente Bolsonaro, para o tratamento do coronavírus.

Nova Zelândia, Austrália, Uruguai, Vietnã, Coreia do Sul, Japão e China estão entre os países que enfrentaram bem a pandemia com medidas de isolamento, em contraponto a Estados Unidos, Reino Unido, Bélgica, Itália e Brasil, que demoraram mais para implantar medidas restritivas de circulação à população e passaram a figurar com os piores índices mundiais. Na América Latina, Peru, Equador, Chile e México chegaram a números vultosos, enquanto na África, embora tenha apresentado situação preocupante, as ocorrências foram mais tímidas do que no resto do mundo (Carbinatto, 2020).

Com a diminuição dos registros de casos no segundo semestre de 2020, os países relaxaram as medidas de isolamento social, ensejando a segunda onda da doença. Ao final de um ano de crise global, o Reino Unido aprovou, em dezembro, a primeira vacina contra a Covid-19, produzida pela Pfizer, iniciando a luta pela aquisição, distribuição e aplicação do imunizante. Enquanto isso, o Brasil contabilizava mais de mil mortes diárias. Outras vacinas desenvolvidas mundo afora foram aprovadas pela OMS e, no Brasil, pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), todavia, a demora na compra e distribuição do imunizante pelo Ministério da Saúde, bem como a ausência de um plano nacional de vacinação, culminou no aumento exponencial de óbitos diários por todo o país.

A partir da revisão bibliográfica de autores como Michel Foucault, Achille Mbembe, Berenice Bento e Adelia Cortina, com seus respectivos conceitos de biopoder, necropoder, necrobiopoder e aporofobia associados à política do governo federal em curso no Brasil durante a pandemia, nota-se que foi colocada em marcha uma necropolítica que culminou com a morte de mais de meio milhão de pessoas no interstício do recorte desse estudo, que abrange o período compreendido entre 24 de março de 2020, quando foi decretada a primeira quarentena pelo estado de São Paulo, medida seguida pelos outros estados, em função dos casos confirmados do novo coronavírus, e 5 de julho de 2021, momento em que 525.112 mortes haviam sido notificadas pelo Ministério da Saúde, órgão responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas de saúde no país (Coronavírus//Brasil, 2021), sendo que 36,59% da população brasileira haviam recebido pelo menos a primeira dose da vacina (G1, 2021).

A discussão perpassa três seções, sendo primeira esta, com observações gerais sobre a pandemia da Covid-19, a segunda procura relacionar os conceitos de biopoder,

biopolítica, necropoder, necropolítica, necrobiopoder e necrobiopolítica à aporofobia, bem como à gestão do governo federal no enfrentamento à doença, culminando com a morte de mais de meio milhão de brasileiros pelo novo coronavírus. Em sede de conclusão, as considerações finais, na terceira seção, apresentam uma reflexão, a partir do respaldo teórico abordado neste trabalho, sobre o cenário que se desenhou no país durante a pandemia, ao serem negligenciadas medidas que poderiam ter sido tomadas, em nível nacional, no sentido de preservar os corpos, não os deixando tão expostos aos efeitos nocivos da enfermidade.

## **2. As forças determinantes na gestão bolsonarista da pandemia da Covid-19**

Ao analisar as estratégias utilizadas pelo governo Bolsonaro para lidar com a pandemia da Covid-19, nota-se que não houve tentativa de “combater” o vírus ou “lutar” contra a doença, vocábulos que faziam parte dos discursos do senso comum, em nível mundial, como uma predisposição do instinto de sobrevivência humano diante de uma ameaça com um poder de disseminação tão potente quanto o do coronavírus. Em meio à maior crise sanitária dos últimos cem anos no planeta, difundia-se por todos os meios, midiáticos ou não, a nítida preocupação em manter o mais estável possível a economia do país, alçada a um patamar superior ao da saúde que, naquele momento, requeria os principais esforços governamentais para evitar a contaminação em massa da população e, conseqüentemente, a grande quantidade de óbitos que, mais tarde, seriam, comprovadamente, dela decorrentes.

A partir da tática de enfrentamento à Covid-19 escolhida pelo governo federal, desvinculada das estratégias estaduais e municipais, conforme decisão do STF logo no início da pandemia, observa-se que foram empregados os conceitos das Ciências Sociais Aplicadas relacionados ao biopoder, biopolítica, necropoder, necropolítica, necrobiopoder e necrobiopolítica, aliados à aporofobia, culminando com a morte de mais de meio milhão de brasileiros, o que chegou a ser alertado por críticos ao governo como o produto de uma política genocida, tendo em vista que, se uma política de preservação da saúde coletiva tivesse sido priorizada, grande parte desses óbitos poderia ter sido evitada.

O direito e a proteção à vida são considerados pilares do Estado, cujo poder é sustentado pelo contrato social entre as pessoas que vivem ali e que aceitam trocar parte de sua liberdade por segurança, o que inclui segurança para estar vivo e continuar a viver. Ao discorrer sobre o direito de vida e morte do poder soberano, Foucault (1993, p. 126) explica que a soberania fazia morrer e deixava viver, até que surgiu o poder de regulamentação, que consistiu no contrário: fazer viver e deixar morrer. Como o poder se tornou, cada vez menos, o direito de fazer morrer e, cada vez mais, o de fazer viver, o poder passou a intervir, sobretudo, no sentido de aumentar a vida, controlar os acidentes, as eventualidades, deficiências e daí por diante, já que a morte, como termo

da vida, é o limite, a extremidade do poder. Entretanto, as estratégias de enfrentamento à pandemia da Covid-19 utilizadas por Bolsonaro interpretaram a teoria foucaultiana a *contrario sensu*, uma vez que o presidente procurou minimizar, por todos os meios, os efeitos nocivos da doença que, não sendo contida, propagava-se rapidamente com comprovado poder letal. Portanto, não apenas deixava morrer, mas sim, fazia morrer.

Conforme Mbembe (2016, p. 123), “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”. Ao negligenciar as medidas sanitárias sugeridas pela OMS, com aparições do Presidente da República em público, acompanhado de ministros e ocupantes de cargos de confiança do governo federal, desestimulando o uso de máscaras, incitando a formação de aglomerações e minimizando seus efeitos negativos relacionados à doença, Bolsonaro instigava parte vulnerável da população a se expor ao contato com o coronavírus, afinal, “matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder” (Mbembe, 2016, p. 123).

Os atos, ações e discursos do presidente da República estão intrinsecamente ligada à microfísica do poder (Foucault, 1984), teoria segundo a qual o poder possui um determinado lugar na sociedade e ocupa um espaço visível que, diariamente e de forma quase naturalizada, vai tecendo as relações de controle, autoridade e monitoramento sobre sujeitos e populações. Segundo Machado (2013, p. 14), o que Foucault chamou ‘microfísica do poder’ significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto de seu nível.

Dois aspectos intimamente ligados, à medida que a consideração do poder em suas extremidades, a atenção a suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos. (Machado, 2013, p. 14).

O poder gera ordem, conhecimentos, prazeres e obediência, afinal, ele é produtivo. Com o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer, o chefe do Executivo Federal deixou de impedir a morte de centenas de milhares, plenamente evitáveis, caso a política implementada priorizasse a saúde. Portanto, ao invés de fazer uso da biopolítica, Bolsonaro optou pela necropolítica.

Relacionada às “formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte”, a necropolítica reconfigura as relações entre resistência, sacrifício e terror, conceitua Mbembe (2016, p. 146). No governo Bolsonaro, sacrificou-se a saúde coletiva sob a justificativa de salvar a economia do país, impondo o terror da notificação de milhares de mortes cotidianamente, mesmo após a vacina ter sido aprovada pelas instâncias científicas competentes sem que fossem tomadas as medidas cabíveis, como compra e distribuição de imunizantes, em tempo hábil para implementar uma política de vacinação que contivesse a propagação da doença pelo território nacional.

Por se tratar de um governo populista, de extrema direita, Bolsonaro comprova que está a serviço das elites econômicas e financeiras do país, razão pela qual o capital se sobrepõe à vida, ainda mais quando o maior número de vidas ceifadas, diante das condições em que a Covid-19 se dissemina, encontra-se nas classes subalternas que, embora representem a maioria da população brasileira, configuram os grupos minorizados da sociedade. A exposição ao coronavírus dos corpos pertencentes a estes grupos não só não comove líderes políticos de ultra direita como também atende aos interesses da política eugenista que eles pretendem implementar nos países em que foram eleitos. É uma forma de cativar parte de seu capital social composta por seus financiadores de campanha, razão pela qual essa necropolítica foi adotada durante a pandemia tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, país que tinha em Donald Trump um líder populista de extrema direita, como salienta Butler (2020):

Pensando como ambos Trump e Bolsonaro são favoráveis à abertura da economia mesmo que isso signifique o aumento de mortes de populações vulneráveis, entendemos que esses líderes políticos percebem que essas “comunidades vulneráveis” são mais propensas a sofrerem as consequências do colapso da saúde, e não veem problema algum nisso. Eles não imaginam que seus operários mais jovens e produtivos morrerão. Mas muitos deles podem contrair o vírus e se tornarem focos de transmissão quando voltam para suas casas. Pode ser que eles não compreendam a seriedade da situação, mas também pode ser o caso de estarem dispostos a deixarem corpos morrerem em favor da economia. Bolsonaro parece acreditar no darwinismo social onde apenas os mais fortes sobreviverão, e que apenas os fortes merecem sobreviver. Ele até se imagina imune ao vírus – sua última forma de fantasia narcisista. (Butler, 2020).

Bolsonaro tanto se imagina imune ao coronavírus que aproveita todas as oportunidades de manter contato com o público e faz uso efetivo delas, sem máscara, espirrando ou tossindo em cima das pessoas que estão à sua volta, tocando os corpos delas ao pegar em suas mãos para cumprimentá-las e provocando aglomerações por onde passa, afinal, ele personifica a imagem do soberano, ao se sentir como tal, por ocupar o cargo de Presidente da República, embora o Brasil seja uma democracia, onde tal figura não tem lugar. Investido de poder e de “capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é”, como salienta Mbembe (2016, p. 135), o presidente alia-se ao poder letal do coronavírus para colocar em marcha a máquina de descartar pobres que, em certa medida, vai ao encontro das aspirações de seu governo, calcado na plataforma política neoliberalista que abarca, por exemplo, liberação de porte de armas, desmonte da coisa pública - primordialmente, através da privatização, que corresponde à forma mais brutal de desestatização - e discurso de ódio contra grupos historicamente estigmatizados, incitando mais ataques e ondas de violência em relação a seus corpos que, por viverem em situações interseccionais de gênero, raça e classe, sofrem o aumento da sensação de serem descartáveis.

É assim que Bolsonaro lança mão, em seu governo, das instâncias de produção, nominadas por Foucault (1993, p. 17), como discursiva, de poder e de saber. A instância

discursiva abrange os silêncios, a de poder chega a interditar e a de saber faz circular, com frequência, erros ou desconhecimentos sistemáticos, sendo que é nesta última que está situado o “gabinete do ódio”, um grupo de assessores do presidente que trabalha no Palácio do Planalto com foco nas redes sociais e páginas de apoio à família Bolsonaro, difundindo desinformação e atacando adversários políticos. Ao se utilizar da instância de produção de saber, o gabinete do ódio faz circular os erros ou desconhecimentos sistemáticos do governo, por meio de *fake news*, inundando as redes sociais de seus adeptos, seguidores e, por conseguinte, de suas redes de contato, como conhecidos e familiares. Essa prática bolsonarista é usual desde sua campanha presidencial, em 2018, e ficou em evidência, novamente, ao ser acionada, com força total, durante a pandemia.

Para Foucault (1984), existe uma relação íntima entre o conhecimento e o poder dentro da coletividade, sendo que o discurso que ordena a sociedade é sempre o daquele que detém o saber, afinal, “não há relação de poder sem a constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua, ao mesmo tempo, relações de poder” (Foucault, 1984). Salienta-se que todos temos saberes; a questão é discernir, justamente, quais saberes têm possibilidade de se constituírem como verdade.

Na esteira do pensamento foucaultiano, o discurso bolsonarista, já reconhecidamente obscurantista, negacionista e eivado de desonestidade intelectual, mostrou-se, no contexto pandêmico, na contramão do conhecimento e saber científicos, situando-se na seara do negacionismo, tanto que o gabinete do ódio lançou mão das *fake News* para disseminar desinformação em larga escala na tentativa de convencer grande parte da população brasileira - que não possui educação formal ou consciência crítica - a acreditar em suas falácias e seguir suas orientações equivocadas dos pontos de vista médico e sanitário, a fim de garantir a manutenção de Bolsonaro no poder, apesar de sua problemática gestão da pandemia.

Entenda-se por “gabinete do ódio” a denominação dada, internamente, por integrantes do governo ao grupo formado por três servidores, os assessores Tércio Arnaud Tomaz, José Matheus Sales Gomes e Mateus Matos Diniz, ligados ao segundo filho do presidente, o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (PSC), responsáveis pelas redes sociais da Presidência da República, que produzem relatórios diários, com suas interpretações, sobre fatos do Brasil e do mundo (Gazeta do Povo, 2022). O gabinete do ódio seria responsável pela disseminação, em larga escala, de *fake News*, termo conceituado por Meneses (2018) como ações deliberadas com a finalidade de enganar as pessoas, que constitui, para Verstraete al. (2021, p. 3, tradução nossa), ameaça real ao debate público na Internet, tendo em vista a inserção e a participação política proporcionadas pelos ambientes digitais, por meio da esfera pública on-line.

Além disso, os discursos do governo federal, minimizando os efeitos da Covid-19, estão por toda parte: na linguagem verbal exarada nos pronunciamentos em cadeia nacional de rádio de televisão, nas lives e declarações do presidente e dos seus ministros, e também na linguagem não verbal que tais representantes de Estado propagam, através dos atos, atitudes e imagens que passam à população. Por exemplo, fazer aparições

públicas sem o uso de máscara, conforme indicado pela OMS para evitar a propagação da doença, estimulando aglomerações em espaços públicos, cumprimentando e tocando pessoas, quando é sabido que o contato físico também é outro disseminador da enfermidade, além de indicar tratamento precoce, conhecido como kit-covid, quando foi comprovado, cientificamente, ser este ineficaz, perfazem o discurso negacionista, amplamente propagado pelo bolsonarismo.

O “kit-covid” consiste em uma variação de combinações que incluem, invariavelmente, a cloroquina/hidroxicloroquina, a azitromicina, a ivermectina, e outros medicamentos, a depender da localidade, esclarecem Santos-Pinto, Miranda e Osorio-de-Castro (2021, p. 2).

Contudo, adverte Fausto-Sterling (2001, p. 17 - nota de rodapé 12), “em nossa cultura, a ciência carrega consigo a pompa do acesso especial à verdade: a pretensão à objetividade”, logo, ainda que vivenciamos a era da pós-verdade, com a relativização da verdade, permitindo a coexistência de várias verdades, a sociedade burguesa ocidental continua concedendo à produção científica o *status* de uma verdade técnica, fundamentada, tanto que “muitos projetam o conhecimento do real no domínio da ciência (tornando o construído equivalente ao cultural)”, evidencia o autor (2001, p. 61).

Na direção oposta à ciência, o negacionismo bolsonarista poderia ser considerado um contradiscurso ao discurso hegemônico da ciência. Numa época de pós-verdade, em que a verdade, muitas vezes, é relativizada, especialmente por governos populistas, como o de Bolsonaro, e várias verdades são aceitas, o negacionismo pode atingir proporções avassaladoras, materializado em milhares de mortes, como ocorreu no Brasil. Por meio de uma política negacionista, exerce-se o necropoder, em contraponto ao biopoder, o ato de fazer viver ou deixar morrer.

Conforme Noguera (2018, p. 66), necropoder e biopoder incidem sobre o mesmo objeto: a população, diferindo entre si, porque os acontecimentos políticos atuais não cabem no provérbio “fazer viver e deixar morrer”. Com base nas “contribuições fanonianas, o necropoder é justamente a recomendação de agir sobre a população estabelecendo uma política de morte” (Noguera, 2018, p. 66).

Bolsonaro transformou a pandemia em um dispositivo de controle das populações, dos corpos e até mesmo de suas subjetividades da mesma forma que foram colocados em prática no Brasil projetos eugenistas com investimento no branqueamento da população brasileira, por exemplo, e uma necropolítica voltada ao extermínio da população negra que continua em curso por todo o país. É um desdobramento do projeto colonial, como demonstram os estudos pós-coloniais e decoloniais que, ao olhar para a história do Brasil, constataam que o povoamento da colônia foi uma grande política de Estado colonial pautada na exploração, violência, violação, desumanização e escravização dos corpos de homens e mulheres nativos e negros.

Noguera (2018, p. 67 e 70) retoma Mbembe (2016) ao explicar que o necropoder é diverso do biopoder, porque circunscreve uma política de produção de morte, mais do que o aumento deliberado do risco de morte e que a necropolítica é a submissão da



vida ao poder da morte, intrínseca ao necropoder, ao mesmo tempo em que o difere dos outros regimes. O necropoder é a articulação e condensação do poder disciplinar, da biopolítica e da necropolítica, formando o conjunto de tecnologias políticas que atuam para estabelecer a gestão e o controle das populações e do indivíduo (Nogueira, 2018, p. 70).

O que está em jogo na necropolítica é, simplesmente, “matar”. Não se mata em função da vida. Trata-se de uma política de extermínio. A morte, o assassinato sistemático existe por si, em função de si mesmo. Para Nogueira (2018, p. 71), as vítimas brasileiras cotidianas e anônimas estão inseridas numa prática necropolítica. Essas vítimas integram as classes subalternas da população. É por aversão ao pobre que o necropoder é exercido, desde sempre, no nosso país. Em continuidade a esta prática necropolítica, durante a pandemia, o número dessas vítimas aumentou consideravelmente, chegando a milhares, diariamente, no primeiro semestre de 2021, o que levou o governo federal a ser chamado, por críticos, de genocida, afinal, milhares de óbitos diários, derivados, em grande parte, da negligência da gestão pública, em nível nacional, configuraria genocídio.

Como forma de dominação e submissão, o necropoder considera a gestão dos corpos a partir de uma perspectiva que inclui situações contemporâneas, nas quais, embora se trate de um Estado democrático, ainda opera o poder semelhante ao soberano, fazendo-nos pensar em raça, território, morte e a relação entre eles, circunscrevendo uma política de produção de morte, mais do que o aumento deliberado do risco de morte. O risco era, indiscutivelmente, iminente, já que todos alertavam para as consequências fatais de não seguir os protocolos de saúde preconizados pela OMS que se mostravam eficazes contra a disseminação do coronavírus, além de não implantar, nem acelerar um plano de vacinação eficiente em território nacional, e o resultado não tardou a se fazer notar com o crescimento de notificações de mortes em todo o país no auge da pandemia da Covid-19.

Segundo Pimenta (2020), toda pandemia, assim como toda epidemia, tem raça, gênero e classe. Nenhuma delas devasta toda uma população; somente os mais pobres, negros e as mulheres, que formam a base da pirâmide social. Por isso, alerta a antropóloga (2020) que qualquer evento crítico representa um passo para a suspensão da democracia, a entrada em terras indígenas e a retirada de direitos trabalhistas. Ela arremata que a pandemia ressalta questões de desigualdade social anteriores.

Corrobora tal assertiva Lima (2020, p. 179), para quem a pandemia expôs as fragilidades de países que não adotam políticas públicas de inclusão social e de concretização de direitos de cidadania, especialmente, dos direitos sociais de moradia, saúde e alimentação. A maior crise sanitária dos últimos tempos também evidenciou problemas de sistemas públicos de saúde, habitacionais e de saneamento básico estrutural, além de fome e miséria, caracterizando um conjunto de vulnerabilidades que pode ser traduzido como abandono social dos mais pobres e excluídos. “Mesmo em tempos de pandemia ao pobre não resta direitos, mas apenas o dever de continuar a sofrida luta por so-

brevivência submetendo-se a processos opressivos de regimes de trabalho exaustivos”, adverte Lima (2020, p. 176).

Foi exatamente esta a realidade constatada durante a pandemia na gestão de Bolsonaro. Quando os imperativos econômicos de crescimento exponencial ocorrem à revelia de inclusão e igualdade social, as pessoas são transformadas em escravas do capitalismo. A situação piora quando chefes de Estado atendem, primordialmente, os interesses de setores privados, como ocorreu no Brasil, sobretudo, quando há pressão para que empregados ignorem ou minimizem os impactos da covid-19 e retornem aos seus postos de trabalho, sob a justificativa de que a economia não pode parar. Caso contrário, serão demitidos. Com isso, a vida, precipuamente, dos mais vulneráveis, já que os grandes empresários continuam em isolamento social e quarentena, é colocada em risco, sob o argumento da manutenção do crescimento econômico. Eles são submetidos à difícil escolha entre salvar a própria vida ou a economia, imposta pela cruel lógica capitalista que ameaça sua dignidade e existência (Lima, 2020, p. 182).

A partir dos estudos sobre violência contra a população negra e povos indígenas, bem como dos dados do feminicídio e do transfeminicídio, Bento (2018, p. 1-2) observa que o Estado “distribui de forma não igualitária o reconhecimento de humanidade”, situação que pode ser transposta às classes economicamente deprivilegiadas da população, já que esta realidade ficou evidente durante a pandemia.

Na história brasileira, a vida e a morte sempre estiveram intrinsecamente ligadas, principalmente, no que diz respeito aos grupos mais fragilizados da população, que correspondem às identidades consideradas abjetas e perfazem a alma das necrobiopolíticas do Estado. Ao considerar o terror e a morte como elementos estruturantes do Estado brasileiro, Bento (2018, p. 3) sugere o conceito de necrobiopoder para interpretar a governabilidade, com foco na relação entre biopolítica (dar a vida) e necropolítica (promover a morte), visto que as pesquisas sobre a violência do Estado contra os corpos abjetos, geralmente, contrapõem as noções de soberania à de governabilidade, sendo esta compreendida como o conjunto de técnicas voltadas para o cuidado da vida e da população.

Conforme Bento (2018, p. 7), “o necrobiopoder unifica um campo de estudos que tem apontado atos contínuos do Estado contra populações que devem desaparecer e, ao mesmo tempo, políticas de cuidado da vida”, razão pela qual a autora propõe nomear como necrobiopoder “um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados”, para que outros possam viver (Bento, 2018, p. 7).

Essa noção de necrobiopoder assemelha-se à eugenia, teoria que procurava selecionar as pessoas com base na genética, mas que agora se apresenta repaginada, sob uma ótica neoliberal, em que alguns corpos, nitidamente, parecem valer mais que outros, sob o parâmetro que Cortina (2017) denominou de aporofobia. Conceito inovador de que é, antes, por rechaço à pobreza que, depois, sequenciam-se outros preconceitos,

como os relacionados à raça, etnia, origem, sexualidade e religião, a aporofobia significa medo, rejeição ou aversão ao pobre e encontra-se no cerne das mazelas sociais mundiais. No Brasil, a aporofobia é estrutural, isentando ricos e culpando pobres pelos fracassos da sociedade capitalista, ao encobrir os verdadeiros motivos da injustiça social produzida intencionalmente por determinadas elites. Aos pobres são reservados os atos de violência cotidianos, chacotas, piadas, exclusão, escravidão, humilhação, isolamento, desprezo pelos poderes públicos e invisibilidade social, até que eles se transformem em números a engrossarem as estatísticas de óbitos da pandemia.

Segundo Lima (2020, p. 178), pessoas em situação de pobreza são as mais afetadas pelo coronavírus, uma vez que as péssimas condições sanitárias em que vivem já as coloca em situação de vulnerabilidade, na iminência de contrair o vírus e outras doenças. Para elas, o isolamento é um luxo distante e inatingível e o *home office*, algo que não faz parte de seu cotidiano. Os pobres também têm mais dificuldade de seguir os protocolos profiláticos e sanitários preconizados pela OMS, devido aos seguintes motivos:

1. moram em ruas ou cubículos que não lhes permitem efetivar a medida de isolamento social;
2. a escassez de mantimentos básicos para a subsistência os faz sair de casa para tentar consegui-los, arriscando-se a manter contato com o vírus;
3. a burocracia ou a falta de acesso à internet impede que eles obtenham o auxílio emergencial do governo, mantendo-os em condições de sofrimento social e invisibilidades real e virtual; e
4. quando infectados, são desassistidos pelo poder público, formam filas em hospitais e a insuficiência de aparelhos respiratórios, oxigênio e medicamentos agudiza a crise no sistema de saúde, resultando em muitas mortes diárias.

É assim que a pandemia desnuda as insuficiências do modelo neoliberal do Estado mínimo, expondo a vulnerabilidade de um sistema ilimitado de acumulação que beneficia uma parcela ínfima da população, em detrimento da maioria das classes subalternas, que se exaure e padece (Lima, 2020, p. 177-179).

As diferentes estratégias de enfrentamento à pandemia da Covid-19 adotadas por cada país com base em seus vieses políticos comprovam que o corpo é um território político, disputado pelas instituições e pelos diversos interesses políticos que o circundam, afinal, a vida vem sendo exaustivamente integrada em técnicas que a dominem. Aprendemos com Foucault que “o corpo vivo (e, portanto, mortal) é o objeto central de toda política”, frisa Preciado (2020), razão pela qual as instituições querem os corpos disciplinados.

Ao fabricar corpos submissos e exercitados, ensina Foucault (1987, p. 164-165), a disciplina aumenta as forças do corpo, em termos econômicos de utilidade, e diminui as mesmas forças, em termos políticos de obediência, dissociando o poder do corpo. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, a coerção disciplinar

estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. A disciplina cria corpos dóceis, ideais para as exigências modernas em questões de economia, política e guerra, bem como corpos funcionais em fábrica, nos ordenamentos regimentais e classes escolásticas, com reflexos nas ações políticas adotadas em tempos de pandemia.

Seguindo esta lógica, o corpo é disciplinado para servir o Estado, minimizando o risco de insurgência, ainda que haja violação ao próprio corpo, afinal, os interesses estatais são soberanos, mesmo que o atendimento a eles custe a própria vida. Foi nesse sentido que o governo federal direcionou a gestão da pandemia no Brasil, tentando descredibilizar a gravidade da Covid-19, assim como o seu poder letal. Manter os corpos dóceis, disciplinados para o trabalho, ainda que tivessem que abandonar as orientações da OMS que objetivavam conter a propagação da Covid-19, foi o foco do discurso de Bolsonaro, dissonante com o que imperava entre cientistas das áreas médicas e entidade supranacional de saúde, como a OMS, a fim de garantir que a maior parte da população economicamente ativa mantivesse suas atividades laborais.

Se, conforme Preciado (2020), “a gestão política das epidemias põe em cena a utopia da comunidade e as fantasias de imunidade de uma sociedade, exteriorizando seus sonhos de onipotência (e os fracassos retumbantes) de sua soberania política”, Bolsonaro se utilizou do coronavírus como aliado ao seu projeto necropolítico de extermínio de corpos pertencentes às classes subalternas, reduto de grupos historicamente estigmatizados pela sociedade, essencialmente, aporofóbica. Se “cada sociedade pode ser definida pela epidemia que a ameaça e pelo modo de se organizar frente a ela”, como assevera Preciado (2020), a política de enfrentamento à pandemia escolhida pelo governo bolsonarista, que priorizou a economia, em detrimento da saúde coletiva, escancarou a necrobiopolítica em curso, desde sempre, no país.

### 3. Considerações finais

“Se fica em casa, morre e se sai, morre também. Existe lugar para sonhar?”, questiona Silva (p. 310) ao refletir sobre o “fique em casa”, lema adotado e amplamente divulgado pela mídia para conter a propagação do coronavírus, mas que também realça a desigualdade social, a dureza imposta às vidas de pessoas pretas e periféricas, assim como de outros grupos vitimizados pela aporofobia que, embora representem a maioria numérica da população brasileira, são minorizados, tendo em vista a condição de vulnerabilidade em que vivem, enquanto lhes é permitido viver.

A pandemia da Covid-19, observa Lima (2020, p. 175-176), evidenciou que o capitalismo, com a subserviência e inoperância social do Estado, características inerentes ao neoliberalismo, é um sistema gerador de exclusões, de modo que, numa situação emergencial, a minoria abastada permanece incólume, devido à situação favorável que a ampara, confortavelmente, nos momentos adversos, enquanto os mais pobres sofrem pressões para retornar ao trabalho, sob o argumento de ser necessário salvar a eco-

nomia, o que, conseqüentemente, posiciona-os na linha de frente da possibilidade do contágio, do adoecimento e do abandono social. Foi o que ocorreu no Brasil, com a imposição, pelo governo federal, de uma necrobiopolítica de enfrentamento à maior crise sanitária dos últimos tempos, em nível mundial.

Diante de surtos epidêmicos ou pandêmicos, a ciência ainda desponta como o porto mais seguro para encontrar uma saída, tanto que, através dela, são apresentadas e colocadas à disposição das populações as soluções mais eficazes. Contudo, a ciência não está sozinha. Paralelamente, surgem alternativas, com propostas de salvar a vida, amparadas pelos mais diversos interesses, dentre os quais se sobressaem os de ordem econômica e financeira, que se valem da boa-fé das pessoas, utilizando-se de curandeirismo, geralmente, associado ao charlatanismo. Foi nessa brecha que o negacionismo aflorou e ganhou espaço no Brasil, sendo potencializado pelo governo federal. Na contramão do que preconiza o biopoder - priorizar a vida, em detrimento da morte -, o governo Bolsonaro, revestido do poder geral e oficial da nação, negou a ciência, indisputou-se com governadores de estado empenhados em lutar contra a disseminação da doença e criou uma situação caótica no país, escancarando a serviço de quem está sua gestão política: daquela ínfima parcela de privilegiados que detém a maior parte da riqueza do país, sempre interessada em manter seu *status-quo* às custas da grande massa de pobres, que ela quer subserviente aos seus interesses e caprichos.

Como presidente do país, Bolsonaro exerceu o poder sobre a vida de milhões de brasileiros, decretando a morte de milhares ao negligenciar políticas públicas que pudessem viabilizar a vacinação em massa e conter a propagação do vírus. Suas ações em sentido contrário ao que pregava a OMS agravaram a situação, afinal, a postura do chefe do executivo federal legitima atitudes semelhantes dos súditos, salientando-se que todos, presidente e povo, são suscetíveis de contrair o coronavírus e espalhar a doença, além do risco de chegar a óbito. Em um país como o Brasil, cuja realidade econômica e social permanece distante de propiciar formação política crítica à maior parte dos cidadãos, sendo que às elites econômica e financeira também não interessa esse pensamento crítico, a manipulação das massas pela figura do Presidente da República não pode ser desprezada.

Uma situação pandêmica mostrou, claramente, como as relações de poder estão atreladas à vida e à morte de uma população, determinando seu destino ou de parte significativa dele. Se as orientações da OMS tivessem sido seguidas, bem como um plano nacional de vacinação, com a aquisição, distribuição e aplicação do imunizante, tivesse sido adotado em tempo hábil a evitar o alastramento da Covid-19 pelo território nacional, muitas vidas teriam sido poupadas com outro desfecho para esse triste capítulo da história mundial, afinal, é do entrecruzamento entre o poder, o saber e o corpo, com grande importância a quem detém o poder, que o destino da população de uma nação pode ser selado e, às vezes, como no caso brasileiro, com muitas vidas ceifadas.

## Referências

- Bento, Berenice. (2018). Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu* (53). Doi: 18.5305 / 1809-4449. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/cpa/a/MjN8GzVSCpWtxn7kypK3PVJ/?format=pdf&lang=pt>
- Butler, Judith. (2020, 13 de maio). Quando a economia se torna o berro agonizante dos eugenistas. Entrevista concedida a Juan Dominguez e Rafael Zen. *Le Monde diplomatique Brasil*. Recuperado de <https://diplomatique.org.br/quando-a-economia-se-torna-o-berro-agonizante-dos-eugenistas/>
- Carbinatto, Bruno. (2020, 31 de dezembro). Há um ano, a Covid-19 era identificada. Veja o que aconteceu desde então - mês a mês. *Super interessante*. Recuperado de <https://super.abril.com.br/sociedade/ha-um-ano-a-covid-19-era-identificada-veja-o-que-aconteceu-desde-entao-mes-a-mes/>
- Cortina, Adela. (2017). *Aporofobia, el rechazo al pobre: un desafío para la democracia*. Buenos Aires: Paidós.
- Covid19: Paineil Coronavírus. (2021, 5 de julho). *CORONAVÍRUS//BRASIL*. Recuperado de <https://covid.saude.gov.br/>
- Estadão Conteúdo (2019, 6 de dezembro). O que é o “gabinete do ódio”, que virou alvo da CPMI das Fake News. *Gazeta do Povo* (2022, 2 de junho). Recuperado de <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/gabinete-do-odio-alvo-cpmi-fake-news/>
- Fausto-Sterling, Anne. (2002). Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu* (17/18), 9-79. Campinas. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a02.pdf>
- Foucault, Michel. (1984). *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- \_\_\_\_\_. (1987). *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes.
- \_\_\_\_\_. (1993). *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal. Recuperado de [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod\\_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-daSexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-daSexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf)
- Lima, Francisco Jozivan Guedes de. (2020). O novo coronavírus e os seus impactos na vida dos mais pobres: capitalismo e aporofobia. *COVID-19: direitos humanos e educação*. Organizadores: Liton Lanes Pilau Sobrinho, Cleide Calgaro, Leonel Severo Rocha. Itajaí: UNIVALI, pp. 175- 187.
- Machado, Roberto (2013). Por uma genealogia do poder. En: Foucault, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Renato Machado. 26 ed. São Paulo: Graal.
- Mapa da vacinação contra Covid-19 no Brasil: acompanhe a evolução da imunização. (2021, 5 de julho). *G1 (Bem estar, Vacina)*. Recuperado de <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>
- Mbembe, Achille (2016, dezembro). Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. *Arte & ensaios* (32).
- Nogueira, Renato. (2018). Dos condenados da terra à necropolítica: Diálogos filosóficos entre Frantz Fanon e Achille Mbembe. *Revista Latinoamericana do Colégio Internacional de Filosofia* (n. 3), 59-73.
- Pimenta, Denise. (2020). A pauta é a luta contra o coronavírus: antropóloga explica os impactos sociais da pandemia. Entrevista concedida à GloboNews. *GloboNews em pauta*. Recuperado de <https://g1.globo.com/globonews/globonews-em-pauta/video/toda-pandemia-tem-raca-genero-e-classe-diz-antropologa-8428533.ghtml>
- Preciado, Paul B. (2020, 28 de março). Aprendendo com o vírus. *AGB-Campinas*, Geral, (Publicado em *El País* em 28 de março de 2020. Tradução inédita dos geógrafos Gustavo Teramatsu e Wagner Nabarro). Recuperado de <http://agbcampinas.com.br/site/2020/paul-b-preciado-aprendendo-com-o-virus/>
- Santos-Pinto, Cláudia Du Bocage; Miranda, Elaine Silva; & Osorio-de-Castro, Claudia Garcia Serpa (2021). O “kit-covid” e o Programa Farmácia Popular do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*. 37(2) 22 fev. 2021. doi: 10.1590 / 0102-311X00348020. Recuperado de <https://scielosp.org/article/csp/2021.v37n2/e00348020/>
- Silva, Rômulo Lopes da. (2020). 66. Quando o carnaval passar... Quero ver a quarta-feira: sobre a pandemia e histórias de pretos/as. *Histórias da Queerentena*. Pablo Pérez Navarro (Coord.). Editorial Centro de Estudios Sociales de América Latina, pp. 309-312.
- Verstraete, Mark; Bambauer, Derek E.; Bambauer, Jane R. (2021, 1 de fevereiro). Identifying and Countering Fake News. *Hastings Law Journal* (73), 1-39.